Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

11/06/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1 - 2
   1.2. EVENTOS..... 3
   1.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. DESEMBARGADORES..... 5
   2.2. VARAS CRIMINAIS..... 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. JUÍZES..... 7
4. JORNAL EXTRA
   4.1. DECISÕES..... 8
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 9
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. VARAS CRIMINAIS..... 10
7. JORNAL O PROGRESSO
   7.1. VARAS CRIMINAIS..... 11
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. DECISÕES..... 12
   8.2. JUÍZES..... 13 - 14
   8.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO..... 15
   8.4. PROCESSO SELETIVO..... 16

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA inaugura sala de transcrição de documentos históricos

Desembargador Lourival Serejo, Presidente do TJMA Cleonice Freire, Corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney e a vice-presidente Anildes Cruz Pág. 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA inaugura sala de transcrição de documentos históricos

Desembargador Lourival Serejo, Presidente do TJMA Cleonice Freire, Corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney e a vice-presidente Anildes Cruz

O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugurou nesta terça-feira (10) as instalações do projeto de transcrição e divulgação de documentos históricos, que funciona na Biblioteca do Palácio Clóvis Bevilácqua, na Praça Pedro II, Centro.

Em uma sala equipada com computadores, digitalizadores e impressora, vão funcionar os serviços de pesquisa, transcrição, organização, inventariado e divulgação de testamentos pertencentes ao acervo de obras raras do Poder Judiciário, principalmente testamentos dos séculos XVIII e XIX.

Os setores da Biblioteca também passaram por uma reforma, com a substituição das luminárias e pintura geral, serviços entregues durante a solenidade de inauguração das novas instalações.

Compareceram à inauguração a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a vice-presidente Anildes Cruz; a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney; os desembargadores Lourival Serejo e Kléber Carvalho, e os diretores Hebert Leite (geral) e de Jorge Oliveira (informática).

A presidente Cleonice Freire discursou e enalteceu o trabalho da equipe da Biblioteca. "Esse trabalho é inédito no Judiciário e grandioso para o registro da história do Maranhão, por meio dos testamentos antigos. Merece ser reconhecido e levado ao conhecimento público", declarou a desembargadora.

O desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista e Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, destacou que as bibliotecas modernas assumiram novas funções, que vão além da guarda de obras impressas.

"A biblioteca do Tribunal de Justiça está se instrumentalizando e realizando novos projetos, em sintonia com a modernidade", ressaltou o desembargador.

SALA - A diretora da Biblioteca, Cíntia Andrade, informou que na sala inaugurada será realizado o projeto de edição de quatro livros contendo a transcrição dos testamentos dos séculos XVIII e XIX, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA).

O primeiro volume, contendo os testamentos dos anos de 1751 a 1756, foi feito com recursos do Tribunal e já está concluída a fase de organização do conteúdo. Os outros, dos períodos de 1781 a 1791; 1787 a 1791 e 1790 a 1795 ainda serão realizados, sob o patrocínio da FAPEMA.

"Por meio da aprovação de projeto pela Fapema, adquirimos computadores, scanners planetários, impressora, máquina fotográfica e lupas, e contar com o trabalho de duas historiadoras bolsistas para fazer o serviço de pesquisa e transcrição dos testamentos, nos próximos dois anos", disse a diretora.

TROCA-TROCA – Na mesma data foi reeditado o projeto literário "Troca-troca de conhecimento". Cada usuário da biblioteca poderá doar livros em troca de outros que estão disponíveis junto à entrada da Biblioteca. Ao todo, 200 obras nas áreas literária, didática, jurídica e infantil estão à disposição do público visitante para permuta.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunais querem a valorização da Magistratura como carreira de Estado

O desembargador Cleones Cunha, representando a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, participou, em Belém (PA), do 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que tem como objetivo melhorar o gerenciamento da Justiça brasileira e da prestação jurisdicional.

No encontro, realizado nos dias, 5, 6 e 7 de deste mês, foram discutidos questões pertinentes ao Judiciário brasileiro, incluindo as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a melhoria da Justiça no 1º grau, a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nos tribunais e a necessidade de valorizar a magistratura no Brasil e dar maior celeridade aos processos, aproximando os serviços do Judiciário do cidadão.

Durante o encontro, foi elaborada a 'Carta de Belém', que traz as deliberações dos membros do Colegiado. O documento destaca preocupações básicas dos tribunais estaduais, que respondem por cerca de 70% das demandas ajuizadas no País.

Os pontos principais do documento tratam do fortalecimento do 1º grau do Judiciário, da independência orçamentária e financeira dos tribunais de Justiça, da remuneração dos magistrados, e das regras de promoção e remoção de magistrados, considerando-se o respeito às especificidades locais.

O documento reafirma também a importância da aprovação da Emenda Constitucional nº 63 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e a necessidade de manter a coesão de todos os segmentos do Poder Judiciário na luta pela valorização da Magistratura como carreira de Estado.

Outro ponto citado no documento é a criação de Grupos de Trabalho, integrados por Presidentes de Tribunais de Justiça, para promover estudos técnicos que resultem na formulação de políticas capazes de equacionar as questões da autonomia orçamentária e financeira dos Tribunais de Justiça.

A reunião dos Presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil é realizado quatro vezes ao ano, em diferentes cidades brasileiras. O próximo encontro ocorrerá em Salvador (BA), nos dias 25, 26 e 27 de setembro, e o último encontro do ano está marcado para o início de dezembro, em São Paulo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nelma Sarney recebe proposta de digitalização de registro civil

A corregedora da Justiça Nelma Sarney recebeu na tarde nesta terça-feira (10) uma proposta de digitalização dos registros civis no Estado do Maranhão. O requerimento foi entregue pelo gerente regional da Ong Family Search International, Mario Silva, que destacou a gratuidade na implementação da ação e solicitou apoio da corregedora. Se aprovada, a execução dos serviços será realizada em parceria com os cartórios do Maranhão com competência para emissão do registro civil.

A desembargadora Nelma Sarney recebeu com entusiasmo a proposta, dando pronto encaminhamento à juíza Oriana Gomes, que responde pelas atividades relacionadas às serventias extrajudiciais. "É uma iniciativa louvável que reflete em mais um benefício para o cidadão", destacou a corregedora.

Na prática, a atividade consiste na instalação de uma estrutura nas unidades cartorárias para que os atos de registro civil (certidões de nascimento, casamento e óbito) sejam digitalizados por equipe da Ong capacitada para a ação. Após a digitalização dos documentos, uma cópia dos arquivos ficará disponível para os cartórios e a Family Search manterá sob sua guarda o arquivo original para eventuais reposições.

De acordo com Mário Silva, o direito de propriedade dos documentos permanecerá com as serventias, não havendo transmissão ao instituto. Por outro lado, a ONG deterá os direitos sobre os arquivos digitais.

Family Search – É uma organização não governamental, portanto, sem fins lucrativos com base nos Estados Unidos e vinculada à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Seu trabalho está voltado para ajudar as pessoas a encontrar seus antepassados (árvore genealógica) utilizando recursos públicos e privados, bem como oferece suporte para pesquisas genealógicas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Solenidade de recondução da procuradora-geral acontece nesta quarta-feira

A procuradora-geral de justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, será reconduzida ao cargo de procuradora-geral de justiça, para o biênio 2014-2016, em sessão solene nesta quarta-feira, 11 de junho, às 19h30, no Hotel Luzeiros, em São Luís. Para participarem da solenidade, os servidores do MPMA serão liberados do expediente a partir das 12h30.

Diversas autoridades deverão comparecer à cerimônia, dentre as quais, o senador Edson Lobão Filho; o desembargador Jamil Gedeon, representando a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado; a defensora-geral do Estado, Mariana Albano de Almeida; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Edmar Cutrim; a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho do Maranhão, Anya Gadelha Diógenes; o deputado estadual Edilázio Júnior, representando a presidência da Assembleia Legislativa do Estado; e o prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda Júnior.

TRAJETÓRIA - Regina Rocha ingressou no Ministério Público do Maranhão em 1974. Foi promotora de Justiça titular nas comarcas de São Bernardo, Alcântara, Pinheiro, Bacabal e São Luís.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Homem que carbonizou esposa é condenado a 22 anos de prisão

Em Imperatriz, foi condenado a 22 anos de prisão em regime fechado o motorista Doalcei Silva Menezes, conhecido como Camargo, por crime de homicídio triplamente qualificado. Ele ateou fogo na companheira, em março do ano passado. O caso teve grande repercussão no estado.

Durante o julgamento, Doalcei se mostrou o tempo todo tranquilo. O réu foi julgado em juri popular sob a acusação do Ministério Público de ter ateado fogo contra Elielda Miranda de Almeida, que chegou a ser socorrida, passou duas semanas internada, mas não resistiu.

No plenário, parentes e amigos acompanharam o julgamento. "Ninguém, nenhum ser humano tem o direito de tirar a vida de outro. O que nós queremos é justiça", afirmou Vanda Maria Pinho Almeida, tia da vitíma.

O crime ocorreu em março do ano passado, e o suspeito chegou a se apresentar a polícia e permaneceu preso. O julgamento foi presidido pelo juiz de direito Flávio Roberto Ribeiro Soares. O Ministério Público por meio da promotora Uiuara Medeiros, defendeu durante o julgamento a tese de que o crime de violência doméstica contra a vida foi considerado de grande repercussão e por motivo fútil, sem que a vítima tivesse chance de defesa.

"De maneira que o Ministério Público pede hoje aqui nesses debates, junto ao conselho de sentença, formado por pessoas do povo, da sociedade imperatrizense, que demonstrem a indignação da sociedade de contra atos dessa natureza", afirmou a promotora Uiuara Medeiros.

O juri foi formado por cinco mulheres e dois homens. O advogado de defesa usou trechos que constam nos laudos. Ele afirmou que, mesmo tendo mais de 49% do corpo queimado, a morte da mulher foi causada por falta de atendimento especializado no município para vitímas de queimaduras.

Doalcei Silva Menezes foi condenado por homicídio triplamente qualificado

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Trizidela do Vale terá de estruturar Conselho Tutelar

Município deverá reformar o conselho ou fazer a mudança, e disponibilizar mobílias

TRIZIDELA DO VALE - O juiz titular da 1ª Vara de Pedreiras, Marco Adriano Ramos Fonsêca, determinou que o Poder Executivo de Trizidela do Vale (termo judiciário da Comarca de Pedreiras) reforme a sede do Conselho Tutelar, ou providencie a mudança definitiva para prédio adaptado para o funcionamento do órgão, bem como a disponibilização de mobiliário e equipamentos necessários ao pleno funcionamento do conselho. A decisão foi datada no dia 2 e o prazo para o cumprimento das medidas é de 90 dias.

A designação de auxiliar de serviços gerais, veículo e motorista, linha telefônica e acesso à internet para o órgão constam das determinações do magistrado. Para essas medidas, o prazo é de 15 dias.

Em caso de reforma da sede do Conselho Tutelar, o Município deve utilizar outro prédio público já existente no acervo da Prefeitura, ou alugar imóvel destinado à implantação provisória do órgão, de modo a garantir a continuidade dos serviços. O devido suprimento de material de expediente para o Conselho Tutelar deve ser providenciado em até 10 dias, conforme determinou o juiz.

Conforme a decisão, o Trizidela do Vale deve comprovar nos autos o cumprimento das medidas, sob pena de bloqueio de recursos do erário municipal suficientes à implementação das medidas.

Ainda conforme a decisão, em até 60 dias o Município deve esclarecer nos autos se já foi criado e regulamentado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Em caso negativo, as medidas necessárias para a determinação devem ser adotadas em igual prazo.

A decisão judicial atende à Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela antecipada proposta pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (MP).

Na ação, a titular da 3ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, Eveline Barros Malheiros, destaca que o pedido decorre das condições inadequadas, impróprias, precariedade do imóvel, falta de equipamento, de mobiliário e de pessoal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Cemar não pode cortar energia de hospital filantrópico de São Luís

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) deve manter o fornecimento de energia elétrica ao Centro Comunitário Católico do Anjo da Guarda. O entendimento é de que a entidade filantrópica mantém o hospital comunitário Nossa Senhora da Penha, que presta serviço de natureza essencial em São Luís, o que impede a suspensão do serviço.

A concessionária alegou que o centro comunitário possuía um débito de consumo de R$ 16.206,32, referente a cinco meses de 2007. Afirmou que a dívida já havia alcançado mais de R$ 200 mil em 2010, e que estaria, atualmente, em R$ 539.089,82. A empresa pediu a rescisão do contrato de fornecimento e se propôs a disponibilizar um gerador por três dias, que passaria a ser bancado pela entidade filantrópica depois desse período.

O Centro Comunitário do Anjo da Guarda informou que um gerador de energia elétrica pode não suportar a carga de consumo de um hospital durante 24 horas, sem que prejudique o funcionamento dos equipamentos. Explicou que o hospital atende cerca de 250 mil pessoas na área do Itaqui-Bacanga, sobrevivendo de repasse do SUS – Sistema Único de Saúde.

RISCO - O desembargador Marcelino Everton (relator) que, pela primeira vez, presidiu uma sessão da 4ª Câmara Cível, disse que a suspensão do fornecimento de energia constitui verdadeiro risco à vida dos pacientes que utilizam os serviços médicos. Acrescentou que a prestação do serviço é em prol do caráter coletivo, não do individual, já que no estabelecimento funciona um hospital.

O relator foi desfavorável ao recurso da Cemar, acolhendo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Os desembargadores Raimundo Barros e Jamil Gedeon acompanharam o voto de Marcelino Everton e também negaram provimento ao agravo de instrumento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

REGISTRO CIVIL

Nelma Sarney recebe proposta de digitalização

A corregedora da Justiça Nelma Sarney recebeu na tarde desta terça-feira (10) uma proposta de digitalização dos registros civis no Estado do Maranhão. O requerimento foi entregue pelo gerente regional da Ong Family Search International, Mario Silva, que destacou a gratuidade na implementação da ação e solicitou apoio da corregedora. Se aprovada, a execução dos serviços será realizada em parceria com os cartórios do Maranhão com competência para emissão do registro civil.

Se aprovada, a execução dos serviços será realizada em parceria com cartórios

A desembargadora Nelma Sarney recebeu com entusiasmo a proposta, dando pronto encaminhamento à juíza Oriana Gomes, que responde pelas atividades relacionadas às serventias extrajudiciais. "É uma iniciativa louvável que reflete em mais um benefício para o cidadão", destacou a corregedora.

Na prática, a atividade consiste na instalação de uma estrutura nas unidades cartorárias para que os atos de registro civil (certidões de nascimento, casamento e óbito) sejam digitalizados por equipe da Ong capacitada para a ação. Após a digitalização dos documentos, uma cópia dos arquivos ficará disponível para os cartórios e a Family Search manterá sob sua guarda o arquivo original para eventuais reposições.

De acordo com Mário Silva, o direito de propriedade dos documentos permanecerá com as serventias, não havendo transmissão ao instituto. Por outro lado, a ONG deterá os direitos sobre os arquivos digitais.

FAMILY SEARCH - É uma organização não governamental, portanto, sem fins lucrativos com base nos Estados Unidos e vinculada à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Seu trabalho está voltado para ajudar as pessoas a encontrar seus antepassados (árvore genealógica) utilizando recursos públicos e privados, bem como oferece suporte para pesquisas genealógicas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

VAI PARA CADEIA

Marido que ateou fogo em mulher é condenado

O Tribunal do Júri condenou Doalcei Silva Menezes a 22 anos de prisão em regime fechado. Ele foi considerado culpado de ter ateado fogo na então companheira, Elielda Miranda de Almeida, que chegou a ser socorrida, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

O crime aconteceu em março do ano passado. O acusado chegou a se apresentar à polícia e permaneceu preso. Segundo a promotora Uiuara Medeiros, o crime de violência doméstica contra a vida de Elielda foi considerado de grande repercussão, por motivo fútil e sem chances de defesa para a vítima.

O advogado de defesa, Farnezio Pereira, usou trechos que constam nos laudos médicos e afirmou que, mesmo tendo 49% do corpo queimado, Elielda morreu por falta de atendimento especializado para vítimas de queimaduras.

O Júri, formado por cinco mulheres e dois homens, aceitou a tese do Ministério Público e condenou Doalcei por crime de homicídio triplamente qualificado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Caminhoneiro acusado de matar a esposa é condenado a 22 anos de reclusão

O Tribunal do Júri, presidido pelo juiz Flávio Roberto Soares, foi formado por cinco mulheres e dois homens

O PROGRESSO

Sentou no banco dos réus nesta segunda-feira (9) o caminhoneiro Doalcei Silva Menezes, acusado de ter matado a esposa Elielda Miranda Almeida, ateando fogo nela.

A vítima chegou a ser socorrida e levada para o Socorrão, inicialmente, e depois para um hospital particular, mas em função das lesões ocasionadas pelo fogo, acabou morrendo, segundo boletim médico, por infecção generalizada.

O Tribunal do Júri, presidido pelo juiz Flávio Roberto Soares, condenou Doalcei Silva Menezes a 22 anos de prisão em regime fechado.

Doalcei Silva Menezes quando do julgamento nesta segunda-feira

O crime aconteceu em março do ano passado. O acusado chegou a se apresentar à polícia e permaneceu preso. Segundo a promotora Uiuara Medeiros, o crime de violência doméstica contra a vida de Elielda foi considerado de grande repercussão, por motivo fútil e sem chances de defesa para a vítima. Por esse motivo, o Ministério Público o pronunciou por homicídio triplamente qualificado, de acordo com o Código Penal Brasileiro.

O advogado de defesa, Farnezio Pereira, usou trechos que constam nos laudos médicos e afirmou que, mesmo tendo 49% do corpo queimado, Elielda morreu por falta de atendimento especializado para vítimas de queimaduras. Farnézio Pereira defendeu a tese de negativa de autoria.

Doalcei Silva Menezes se encontra na Delegacia Regional, mas será transferido para um dos presídios da região, ou seja, uma das unidades prisionais de Imperatriz (CCPJ) ou Davinópolis.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Cemar não pode suspender energia a hospital filantrópico de São Luís

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) deve manter o fornecimento de energia elétrica ao Centro Comunitário Católico do Anjo da Guarda. O entendimento é de que a entidade filantrópica mantém o hospital comunitário Nossa Senhora da Penha, que presta serviço de natureza essencial em São Luís, o que impede a suspensão do serviço.

A concessionária alegou que o centro comunitário possuía um débito de consumo de R$ 16.206,32, referente a cinco meses de 2007. Afirmou que a dívida já havia alcançado mais de R$ 200 mil em 2010, e que estaria, atualmente, em R$ 539.089,82. A empresa pediu a rescisão do contrato de fornecimento e se propôs a disponibilizar um gerador por três dias, que passaria a ser bancado pela entidade filantrópica depois desse período.

O Centro Comunitário do Anjo da Guarda informou que um gerador de energia elétrica pode não suportar a carga de consumo de um hospital durante 24 horas, sem que prejudique o funcionamento dos equipamentos. Explicou que o hospital atende cerca de 250 mil pessoas na área do Itaqui-Bacanga, sobrevivendo de repasse do SUS – Sistema Único de Saúde.

RISCO – O desembargador Marcelino Everton (relator) que, pela primeira vez, presidiu uma sessão da 4ª Câmara Cível, disse que a suspensão do fornecimento de energia constitui verdadeiro risco à vida dos pacientes que utilizam os serviços médicos. Acrescentou que a prestação do serviço é em prol do caráter coletivo, não do individual, já que no estabelecimento funciona um hospital.

O relator foi desfavorável ao recurso da Cemar, acolhendo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Os desembargadores Raimundo Barros e Jamil Gedeon acompanharam o voto de Marcelino Everton e também negaram provimento ao agravo de instrumento.

OUTRO LADO – A Cemar, por meio de nota, informou que ainda não foi notificada do inteiro teor da decisão, não podendo avaliar, nesse momento, sobre a interposição de eventual recurso. A companhia esclareceu, ainda, que o recurso à justiça é direito constitucionalmente assegurado para todo e qualquer cidadão, órgão público ou privado. A empresa informou respeitar e cumprir as decisões judiciais, resguardando sempre o seu legítimo direito de defesa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Eliziane em Esperantinópolis

A deputada Eliziane Gama participa, hoje, do Seminário "Governos Militares: o Brasil 50 anos depois", iniciativa do Juiz Rômulo Lago e Cruz, Titular da Comarca local.

A parlamentar será uma das palestrantes do encontro e também receberá a Comenda 'Joaquín Herrera Flores', cedida pela União Ibero Americana de Direitos Humanos.

Além do seminário, a deputada Eliziane participará do ato público que acontecerá às 18 horas, na Praça Central da Esperantinópolis.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Encontro

As jovens empresárias também marcaram presença no HappyAJE, realizado na última sexta-feira, dia 06, no Feijão de Corda (novo espaço - Olho D'água), onde foram debatidos temas como "Direito do Consumidor" e a "Coordenação de Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão".

Na foto, Micaelle Dias (Conselho dos Jovens Empresário da Associação Comercial e Industrial de MS), Shirley Cunha (coordenadora do Conselho Feminino/AJE), Jaqueline Moucherek (vice-presidente/AJE), Luciana Muzzi (diretora executiva/AJE) e as associadas Luciana Torres e Camila Bastos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Expediente do Judiciário será alterado durante os jogos do Brasil na Copa

Nos dias 12, 17 e 23 de junho – quando a seleção brasileira joga a partir das 16h e 17h - o horário de funcionamento no Poder Judiciário do Maranhão será das 8h às 12h.

A partir das 12h, as demandas de caráter urgente, nas esferas cível e criminal, serão atendidas por meio do serviço de Plantão Judiciário de 1º grau (em São Luís, 8802-1503) e 2º grau (8802-8344).

Caso o Brasil seja classificado para a etapa seguinte da competição, devem permanecer as mesmas regras estabelecidas na portaria para os dias de jogos da seleção brasileira.

A diferença entre a jornada diária normal e a fixada pela portaria deverá ser compensada, sob a supervisão da chefia imediata.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• Acontecem sábado e domingo, no Cetecma, as provas de seleção para assessor de juiz da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda. Cinquenta candidatos se inscreveram para participar do seletivo. O juiz titular da Vara, Antonio Elias de Queiroga Filho, assina o edital da seleção.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação